

*Intervenção do Deputado José Andrade
no debate da proposta de Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2013
Horta, 20 de março de 2013*

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Falar de Cultura, Comunicação e Comunidades num tempo de crise – em que o plano de investimentos deve estar especialmente orientado para a criação de emprego e o apoio social – pode parecer desadequado. Mas não é.

A produção e fruição cultural, a intervenção da comunicação social e a aposta estratégica nas comunidades emigradas contribuem para a nossa qualidade de vida e concorrem para o nosso desenvolvimento económico, designadamente ao serviço de um setor turístico tão debilitado como descaraterizado.

A cultura dignifica e dinamiza com retorno económico.

A informação aproxima as ilhas e promove a região.

A diáspora acrescenta mercado potencial.

São três áreas de importância própria e influência transversal que merecem ter uma atenção condigna, adequada e realista. Isto apesar da crise – ou até mesmo, como defendem alguns, por causa da crise.

A tal crise que o PS garantiu que não chegaria aos Açores por mérito do Governo Regional. E a tal crise que o PS reconhece agora que afinal chegou aos Açores... mas por culpa do Governo da República. Como se um governo regional apenas servisse para “sacudir a água do capote”!

Estamos, portanto, perante um Plano que é **filho da crise e neto do superavit.**

Lá como cá, quem gasta mais do que tem... paga mais do que quer.

À **euforia de outubro** sucede-se a **agonia de março.**

Afinal, parece que não há dinheiro...

...Mesmo que não seja isso que transparece do **discurso cor-de-rosa** do **presidente-vice** do governo regional perante o órgão soberano e fiscalizador da governação açoriana que é o Parlamento dos Açores.

A verdade é que a conjuntura condiciona. Não é possível manter – e muito menos aumentar – todas as verbas em todos os setores.

Mas então que se atue, responsável e coerentemente, em conformidade. Não se pode proclamar um reforço de intenções e, ao mesmo tempo, apresentar uma redução de dotações. Não se deve falar como rico e agir como pobre.

Os compromissos eleitorais devem configurar o programa do governo e o programa do governo deve traduzir-se no plano e orçamento.

Infelizmente, este plano parece padecer de três tipos de incoerência:

- a incoerência entre o que se diz e o que se escreve
- a incoerência entre o que se escreve
- a incoerência entre o que se escreve e o que se faz

Mas vamos por partes.

A primeira incoerência regista-se **entre as palavras e os números** e constata-se, por exemplo, no âmbito das Comunidades Açorianas:

Em setembro de 2012, o programa eleitoral do PS prometia “**intensificar** a cooperação com as comunidades açorianas”.

Em novembro de 2012, o programa do Governo Regional garante que “**reforçará** a cooperação com as comunidades açorianas”.

Em março de 2013, o plano do Governo Regional do PS **reduz** para **menos de metade** a verba global das Comunidades Açorianas. Cai de 1 milhão e 150 mil no ano passado para apenas 500 mil este ano – um corte de 55%!

Outro exemplo desta mesma incoerência – “faz o que eu digo, não faças o que eu faço” – encontramos também na dependência da Presidência do Governo mas agora no âmbito da Comunicação Social:

O PS em campanha eleitoral muito criticou o Governo da República por **desconsideração e desinvestimento** da RTP nos Açores.

Mas o programa do XI Governo Regional – tal como a presente proposta de Orientações de Médio Prazo – **desconsiderou** a RTP/Açores, ignorando expressamente a sua importância estratégica. E o plano de 2013 **desinvestiu** no apoio regional ao serviço público de rádio e televisão, que passa de uma dotação anterior de 342.000 euros para uma mera “janela” orçamental de 75.000 euros.

Até podemos adivinhar as motivações mas não podemos aceitar que se pratique o que se critica.

A segunda incoerência, entre aquilo que se escreve, consta-se nas dotações anuais do apoio à comunicação social privada inscritas no Orçamento da Região Autónoma dos Açores. Nos primeiros três anos da legislatura cresce de 600 para 700 e de 700 para 800.000 euros, mas no quarto ano aumenta de 800 para 1 milhão e 300 mil euros. Sem qualquer razão aparente, porque a explicação do governo em comissão resumiu-se ao princípio de que *os números são como são em virtude de serem assim mesmo...*

Considerando a não justificação do governo e sabendo que os apoios públicos à comunicação social privada se devem confinar ao quadro previsível do PROMEDIA III, este misterioso aumento de 36% no final da legislatura só tem uma explicação possível: ou foi **engano** ou é **campanha**.

A terceira incoerência, **entre o que se escreve e o que se faz**, só será efetivamente comprovada no final da execução material. Mas um plano com “mais olhos que barriga” num tempo de “vacas magras” adivinha a mesma sorte do seu antecessor.

Por exemplo, o plano anterior garantia que – e cito – “*em 2012 **entrará em funcionamento** a nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo*”. Mas no final do ano passado, em vez da abertura da biblioteca, o governo procedeu à abertura... das propostas para adjudicar a empreitada da obra!

Isto já para não falar no aparente conflito de opiniões entre o anterior Professor Fagundes Duarte e o atual Secretário Regional da Cultura...

Outro exemplo: o Plano anterior garantia também que “**terão seguimento**” as obras de Santa Engrácia, perdão, as obras de Santo André – o principal equipamento museológico da maior ilha dos Açores. Mas a sede conventual do Museu Carlos Machado está enclausurada há mais de 6 anos para obras de remodelação e ampliação. E depois de um primeiro concurso alterado, um segundo concurso anulado e um terceiro concurso inacabado, afinal não terá nem remodelação nem ampliação!

Isto já para não falar que o mesmo governo que mantém o museu encerrado há 2.270 dias chegou a anunciar a sua reabertura ao público no espaço de uma semana como reação a um requerimento do PSD em dezembro de 2012...

Um último exemplo, só aparentemente insignificante:

Através deste Plano, o Governo assume como objetivo cultural de 2013 comemorar os 20 anos da morte e os 90 anos do nascimento de Natália Correia. Mas deixa passar a efeméride nacional do 20º aniversário do seu falecimento, no último sábado 16 de março, sem uma única iniciativa regional que assinale o dia próprio!

Mesmo que o faça depois, como certamente fará, este não deixa de ser um pormenor sintomático de alguma desconformidade entre o dito e o feito...

Enfim, considerando o percurso precedente e a conjuntura presente, este Plano vale o que vale.

Umaz vezes, o que o governo diz não se escreve.

Outras vezes, o que o governo escreve não se faz.

Mas o início de um novo mandato é sempre pretexto para renovar a esperança.

O povo decidiu e o governo dirá que agora é que é.

Aqui fica então, pelo menos e para já, o benefício da dúvida...

Só esperamos que daqui a um ano, a bem dos Açores e dos açorianos, Duarte Freitas não tenha que dizer de Vasco Cordeiro o que Carlos César já diz de António José Seguro: que “**faz um bom esforço, mas não tem bons resultados**”...